

REFLEXÕES EM TORNO DA CATEGORIA ‘RAÇA’ NA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DE UMA LENTE TRANSDISCIPLINAR E INTERSECCIONAL

REFLECTIONS AROUND THE CATEGORY ‘RACE’ IN EDUCATION THROUGH A TRANSDISCIPLINARY AND INTERSECTIONALITY LENS

Denise Maria Botelho¹

Carina Jéssica De Souza²

Elisa Duarte Nascimento³

RESUMO

Este ensaio trata temas como “o território do olhar” (RANDOM, 2002) e a noção de conhecimento local e total (SANTOS, 2010) para refletir sobre a emergência de novos conhecimentos e paradigmas. Buscamos aqui pensar como a Transdisciplinaridade (SANTOS, 2008), (NICOLESCU, 2002), (COLL, 2002) e a Interseccionalidade

54

¹ Doutora em Educação. Atua na área de educação e relações étnico-raciais, com ênfase em interseccionalidades de raça e gênero. Desenvolve pesquisas em educação intercultural e religiões de matrizes africanas e afro-indígenas e feminismo interseccional. Professora Associada do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Docente Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI-UFRPE/FUNDAJ) nas linhas de pesquisas 1- Movimentos Sociais, Práticas Educativo-Culturais e Identidades e 3 - Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades "Audre Lorde" (Geperges Audre Lorde). Membro do Coletivo de Acadêmicas Negras Luiza Bairros (CAN Luiza Bairros). Pós-Doutoramento em Educação no Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Novae. E na área social atua como Iyalorixá do Ilê Axe Alagbede Orun. e-mail: denise.botelho@ufrpe.br.

² Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde) e Codificadora voluntária no projeto M Facebook. Com experiência em estudos migratórios, relações étnico-raciais, estudos de mídia e esfera pública. e-mail: carina.souza6@academico.ufpb.br.

³ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em convênio com a Fundação Joaquim Nabuco. Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde). Codificadora voluntária no projeto Manchetômetro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem interesse nas áreas de Sociologia e Educação, com ênfase nas relações étnico-raciais, interseccionalidade e feminismo interseccional. e-mail: elisadn98@gmail.com.

(BILGE e GOLLINS, 2021) dialogam entre si, examinando as aproximações e a complementaridade entre ambas. Percebemos, enfim, como ambos os pensamentos podem contribuir para uma nova forma de produção de conhecimento além da democratização do mesmo.

Palavras-chaves: Raça; Interseccionalidade; Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

This essay deals with themes such as "the territory of the gaze" (RANDOM, 2002) and the notion of local and total knowledge (SANTOS, 2010) to reflect upon the emergence of new knowledge and paradigms. Here we aim to think how Transdisciplinarity (SANTOS, 2008), (NICOLESCU, 2002), (COLL, 2002) and Intersectionality (BILGE and GOLLINS, 2021) dialogue with one another, examining the approximations and complementarities between them. We have perceived, finally, how both thoughts can contribute to a new form of knowledge production and the democratization of knowledge.

Keywords: Race; Intersectionality; Transdisciplinarity.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

55

Por compreendermos a importância dos territórios (SANTOS, 2010) daquelas que aqui escrevem, empregamos o método de escrita autobiográfico por um breve momento - na introdução - pois acreditamos que as percepções intelectuais das autoras constroem e são construídas por elementos de suas subjetividades, desse modo, faremos uso de uma escrita na primeira pessoa em momento inicial e, ao longo do escrito, nos debruçaremos sobre teorias e métodos que baseiam tal decisão.

INTRODUÇÃO

Comecei a pensar o tema raça - sobretudo o que significa ser negra - provavelmente no ano de 2014 ou 2015, entre o segundo e terceiro ano do ensino médio. Os estudos se intensificaram quando eu - **Elisa** - ingressei na graduação de Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, curso formado pelas áreas da antropologia, ciência política e sociologia. No processo de construção do trabalho de conclusão de curso,

apesar de buscar focar na área que tenho maior afinidade, a sociologia, acabei utilizando muitos autores da antropologia e meu orientador foi um professor do departamento de educação. Este foi um momento que causou certa angústia já que tentava a todo custo me manter o mais próximo possível da sociologia e, conseqüentemente, me afastar de tudo aquilo que não é tido como sociológico. Eventualmente abri mão de me limitar à sociologia e acabei por trazer pensadores de outras áreas para meu trabalho. Por fim, com monografia defendida e aprovada, terminei a graduação e eventualmente ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) para realizar meu mestrado. Logo descobri que uma das bases do programa é a transdisciplinaridade.

O pensamento transdisciplinar foi muito bem vindo na pós-graduação, sobretudo em um contexto onde aprofundo meus estudos sobre as relações raciais dentro da esfera da educação. Não só por ser alguém das Ciências Sociais (e do bacharelado!) em um programa que se propõe a estudar, entre outras coisas, educação, como também porque me interessei pelo pensamento interseccional, linha de pensamento que objetiva compreender como os diversos marcadores sociais impactam na vivência de sujeitos e sujeitas. É por ter passado os últimos anos estudando raça e relações raciais no contexto brasileiro que percebo que é importante uma visão ampla - além de interseccional e transdisciplinar - para compreensão do tema. É a partir dessa trajetória que me interessei em refletir sobre a potência da interseccionalidade e da transdisciplinaridade para pensar o tema racial no Brasil, mas para tal conto com a colaboração de outras duas pesquisadoras.

Eu, **Carina**, comecei a estudar e a me interessar pelos temas de raça, classe, gênero, território e religião em meados de 2012, mas foi em 2017, ao realizar a transição capilar, instigada por minha terapeuta, que meus estudos se intensificaram. Compreendi - a partir da teoria e do meu corpo com todas as identidades/marcadores sociais nele presentes - que meu papel enquanto cientista social está atrelado à responsabilidade de, em todos meus estudos, questionar o óbvio e entender realidades plurais. Foi no penúltimo ano da graduação em bacharelado em Ciências Sociais (também pela UFRPE) que tomei conhecimento do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES)

do departamento de educação da mesma Universidade. Foi logo na primeira reunião, a qual fui junto com Elisa, que me deparei com um grupo composto majoritariamente por mulheres negras que fazem parte da comunidade LGBTQ+, em diferentes faixas etárias e estágios da vida acadêmica, logo decidi que iria seguir frequentando o grupo.

Acredito que o que me levou a permanecer no GEPERGES não foram apenas razões acadêmicas, mas também por necessitar bastante de lugar de acolhimento entre pessoas com trajetórias de vida semelhantes. A partir das leituras do grupo, conheci o conceito que abarca meus temas de interesse e a forma que leio o mundo: a interseccionalidade. Com Patricia Hill Collins busco compreender a importância da interseccionalidade na teoria social crítica. Por fim, desde minha graduação até este momento, enquanto mestranda em sociologia (na Universidade Federal da Paraíba), desenvolvo estudos no campo da imigração, onde me dedico a analisar e refletir em torno da posição de vulnerabilidade de sujeitos e sujeitas que estão permanentemente no não-lugar dos “outsiders”.

Eu - **Denise**- como mulher negra desde a mais tenra idade deparei-me com questões raciais e de gênero, o meu processo de consciência identitária foi permeado pelos equívocos presentes na maioria das famílias multirraciais mas a passagem pelo Geledés Instituto da Mulher Negra (SP) me trouxe consciência dos danos que o racismo agregado ao machismo submetem mulheres negras a situações de marginalidade social. Acredito que o processo educacional possa atender a necessidade de formar as novas gerações para uma realidade de equidade racial e de gênero, neste sentido a atuação junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas Audre Lorde – GEPERGES fortalece em mim a necessidade de estudos interseccionais para compreender que diversas categorias de vulnerabilidades sucumbem a maioria das mulheres negras no Brasil.

Além de fundadora do GEPERGES sou Doutora em educação e atuo como professora - Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) nas linhas de pesquisas *Movimentos Sociais, Práticas Educativo-Culturais e Identidades e Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais* políticas educacionais,

pesquisando nos temas de educação, relações raciais, gênero, sexualidades e religiões de matrizes africanas. Me apresento aqui também enquanto co-autora deste trabalho.

Este trabalho surge, então, como resultado de reflexões e dos aprendizados da disciplina “Seminário Interdisciplinar: Abordagens Inter e Transdisciplinares” oferecida pelo PPGEI, onde Elisa estuda e Denise leciona, em relação com as discussões desenvolvidas no GEPERGES, onde as três co-autoras fazem parte.

Tendo apresentado as sujeitas que aqui escrevem, iremos agora partir para o debate teórico onde nos propomos a refletir sobre as relações raciais na esfera da educação a partir de uma percepção interseccional e transdisciplinar. Entendemos que não se pode entender como age o racismo brasileiro sem perceber o projeto político de dominação que se baseia em um sistema capitalista e que, atualmente, possui um caráter neoliberal, ou sem compreender que a noção de desigualdade entre as raças foi implementada sob a égide de dogmas religiosos e com o apoio de teorias que possuíam status de ciência. Precisa-se perceber que a educação formal foi, e ainda é, muitas vezes, uma importante ferramenta de propagação de pensamentos colonizadores, pois o racismo é estrutural e estruturante e está presente nas mais diversas esferas: educação, saúde, política, trabalho, religião e variadas outras.

1. PARA COMPREENDER O TERRITÓRIO DO CONHECIMENTO

Com o objetivo de entender relações raciais no contexto da educação, a partir de uma percepção interseccional e transdisciplinar, começamos pensando no texto “o território do olhar” de Michel Rancière, artigo que constitui o livro *Educação e Transdisciplinaridade II*. No escrito o autor afirma que “Nosso olhar sobre a realidade determina a própria realidade.”; essa reflexão vale para qualquer um que observa o mundo, e mais ainda para aqueles que se propõem a construir uma representação desse mundo, sejam escritores, fotógrafos, cineastas, pintores, pesquisadores... No processo de observar, apreender e transmitir o apreendido, construímos uma representação do observado, não importa a quão sucinta ou extensa é a dita representação. Pensemos então que quando nos propomos a construir uma realidade dentro dos pressupostos

científicos estamos construindo ou ajudando a construir algo com status de conhecimento. Conhecimento este que não será neutro, afinal de contas, parte de um território.

Quem somos, nossas vivências, ambientes em que estamos inseridos, a que conhecimentos (científicos ou não) tivemos ou não acesso, influencia nossa observação, apreensão e construção do que quer que fazemos. Neste sentido nos diz Random (2002):

É portanto inútil tentar criar um distanciamento, olhar com serenidade quem somos, de um ponto mais alto e mais distante. Ter um recuo com qualquer tipo de bagagem cultural e espiritual, usar de qualquer forma nosso cérebro para ver se ele não é formado, como uma colcha de retalhos heteróclita, de movimentos que o definem, de fascinações que o obcecaram. Olhar nosso cérebro como um território. (p. 29).

A ideia aqui não é de maneira alguma pregar que devemos deixar nossa subjetividade, opiniões ou crenças dominarem o fazer pesquisa, mas observar que não somos neutros, vazios. O que precisamos compreender e deixar claro para os que nos leem é ***qual é nosso território***. Neste sentido trago Boaventura de Sousa Santos (2010) que nos diz que ***todo o conhecimento é local e total***.

No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte o conhecimento total [...] Mas sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc. A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. (p. 76).

Assim, vemos que todo conhecimento produzido e tido como ciência possui territórios e, com esses territórios, percepções, visões de mundo, interpretações e até projetos políticos. Falamos na introdução que teorias com status de ciência serviram de base para o fortalecimento do racismo em diversos locais do planeta. Podemos citar como exemplos o cientista Cesare

Lombroso e sua teoria do criminoso nato⁴, o Darwinismo Social⁵ que acreditava na ideia das diferenças entre as raças e sua natural hierarquia ou ainda a teoria de embranquecimento, que não só afirmava que o Brasil iria se tornar brancos - pois as raças inferiores de negros e indígenas sumiriam em detrimento às características da raça superior, branca - como, a partir disso, foram colocadas em prática medidas como a implementação de políticas que buscavam trazer imigrantes para o país (em sua maioria europeus e japoneses) enquanto as populações negra e indígena seguiam sem direitos mínimos como moradia, educação e emprego. (SCHWARCZ, 1993)

Apesar de atualmente a crença nas diferenças intrínsecas às raças ter (em sua maioria) perdido autoridade de ciência, qualquer observador mais atento percebe seus resquícios. Não temos mais a teoria de Lombroso que buscava apontar criminosos pelo tamanho de seus narizes, crânios ou cor de pele, mas ainda assim temos um país onde o crime tem “perfil”. Não por acaso jovens negros do sexo masculino são os mais mortos pela polícia, ou mulheres negras tendem a receber menos anestesia na hora do parto, pois há uma crença de que negras são mais resistentes a dor. Podemos pensar ainda na diferença de tratamento que crianças negras e brancas recebem em ambiente escolar, desde a creche.

O que dizemos aqui é que a educação formal - creches, escolas, universidades etc. - está repleta destes 'resquícios' e tem como prática transmitir conhecimentos que não raramente possuem territórios colonizadores, racista. É possível perceber isto desde os estudos que nos falam sobre a representação de negros e indígenas (não-brancos, de forma geral) nos livros didáticos, ou pesquisas que mostram a vivência de crianças em ambientes escolares onde é

⁴ O médico psiquiatra e criminologista Lombroso desenvolveu uma teoria que ligava características biológicas com o ato de cometer crimes. Após estudar pessoas presas e cadáveres, o teórico desenvolveu a teoria do ‘homem delinquente’ onde levava em consideração características como formato da mandíbula, cor de cabelo, olhos e pele, no entanto, questões sociais não foram levadas em consideração.

⁵ Derivado da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, o Darwinismo Social acredita que a seleção natural aconteceria também entre os humanos. As sociedades evoluíram ao sair de um estado inferior a um superior, neste cenário, os povos europeus eram tidos como mais civilizados e, assim, teriam direitos sobre os povos ditos primitivos.

possível notar que os marcadores de raça, assim como gênero, sexualidade e outros, em muito impactam na vida das/dos estudantes.

É a partir desta percepção que nos propomos a estudar os conhecimentos tidos como legitimados em ambientes de educação formal, a fim de demonstrar que, como possuem territórios não são estáticos, neutros e, justamente por isso, possuem o potencial de se aproximar da realidade do aluno e, mais importante, deixar de serem colonizadores e se tornarem libertários. E é por isto que buscamos pensar sob uma ótica interseccional e transdisciplinar.

2. TRANSDISCIPLINARIDADE E INTERSECCIONALIDADE

Para entendermos a transdisciplinaridade devemos primeiro compreender o modelo de conhecimento que compõe o paradigma atual. Santos (2010) nos fala do modelo global de racionalidade que tem com sua base a revolução científica do século XVI e ganha ainda mais força com o iluminismo no século XVIII. Neste processo, além de um grande rigor científico, tem-se um método que possui como pilar a redução da complexidade onde “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou.” (p. 27).

Boaventura de Sousa Santos (2010) nos diz que o modelo de conhecimento atual, além de mecanicista, tem um caráter utilitário e funcional, objetivando dominar e transformar mais do que compreender profundamente aquilo que é estudado. Este modelo de racionalidade científica, segundo o autor, está em profunda e irreversível crise e como resultado haverá uma nova revolução do conhecimento e o novo paradigma científico terá, como uma de suas características, a transdisciplinaridade.

Nicolescu (2000) fala que na era da especialização exagerada se torna indispensável a criação de pontes entre as diferentes disciplinas. O autor conceitua a noção de transdisciplinaridade da seguinte forma:

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e

além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 2000, p. 2).

A metodologia da transdisciplinaridade tem como base (1) os níveis de realidade, (2) a complexidade e (3) a lógica do terceiro incluído. Ao tratar do que chama de revolução da física quântica, que põe em xeque noções da ciência clássica como a noção de que todo fenômeno é observável, do determinismo ou ainda a crença na existência de um único nível de realidade, sendo realidade tudo aquilo que existe, incluindo construções sociais, a natureza e tudo o que há. Os níveis de realidade, por sua vez, são “um conjunto de sistemas invariável sob a ação de um número de leis gerais: por exemplo, as entidades quânticas submetidas às leis quânticas, as quais estão radicalmente separadas das leis do mundo microfísico” (NICOLESCU, 2000, p. 5). A noção da existência de diferentes níveis de realidade promove novas percepções da vida individual e coletiva, bem como permite novas leituras sobre conhecimentos antigos e novos.

A complexidade, por sua vez, pode ser observada em toda e qualquer área do conhecimento. A teoria da complexidade propõe a superação do pensamento dicotômico de separação entre sujeito-objeto, parte-todo, simples-complexo, pesquisador-pesquisado, natureza-homem. Esse pensamento combate a noção de fragmentação, descontextualização e simplificação tão comum no atual paradigma do conhecimento (SANTOS, 2008).

Para tratar da lógica do terceiro excluído, Nicolescu (2000) nos fala da noção de pares de contraditórios mutuamente exclusivos, chamados comumente de A e não-A, como exemplo o autor traz a noção de continuidade e descontinuidade ou ainda reversibilidade e irreversibilidade do tempo. A lógica do terceiro excluído é explicada através dos axiomas:

1. O axioma da identidade: A é A;
 2. O axioma da não-contradição: A não é não-A;
 3. O axioma do terceiro excluído: não existe um terceiro termo T (T de “terceiro incluído”) que é ao mesmo tempo A e não-A.
- (NICOLESCU, 2000, p. 8).

Ao propormos, então, um terceiro *incluído* a tensão entre os contraditórios se torna algo que vai além da junção de ambos, por exemplo, algo além dos considerados opostos: homem e mulher. Teríamos então, talvez, pessoas não-binárias ou travestis que não raramente encontram grande resistência e violência na vida em sociedade, justamente por não estarem inseridas nos axiomas da identidade ou não-contradição. (NICOLESCU, 2000).

É a partir dos pilares dos diferentes níveis de realidade, da complexidade e do terceiro incluído que a transdisciplinaridade busca propor uma noção de conhecimento que ultrapasse a divisão disciplinar, a extrema fragmentação, redução e descontextualização do aprendizado. Dessa forma, o pensamento transdisciplinar oferece uma nova forma de produzir e transmitir conhecimento, pois a própria noção de ciência seria transformada.

Em completude trazemos aqui a teoria interseccional que busca articular os diferentes marcadores sociais como gênero, raça, classe, sexualidade e outros além de compreender como a imbricação desses marcadores impacta na vivência dos sujeitos. Foi só no início deste século que criou-se o conceito de interseccionalidade, por Kimberlé Crenshaw, em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia que ocorreu em Durban na África do Sul. (AKOTIRENE, 2018).

A ideia interseccional, no entanto, existe há muito tempo. Um dos pontos de partida é o discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres em 1851 em Ohio, Estados Unidos. Truth, mulher negra que havia sido escravizada e se tornou ativista abolicionista lança a pergunta: “E eu não sou uma mulher?” reflete a assimetria na condição de mulheres negras e brancas, desse modo abarca a vivência das sujeitas atravessadas pelos marcadores sociais de gênero em junção à raça. No século XX o pensamento toma cada vez mais força e é articulado por importantes intelectuais, sobretudo no interior do pensamento Feminista Negro, como Angela Davis, bell Hooks, Sueli Carneiro, Audre Lorde, Lélia Gonzalez e diversas outras que, articulavam ou ainda articulam a sobreposição das diferentes esferas de raça, classe, gênero, localização no globo, sexualidade, geração e diversas outras.

Como ferramenta analítica, Bilge e Gollins (2021), apontam que a interseccionalidade focaliza diversas categorias como inter-relacionais que se moldam mutuamente. Assim, a

interseccionalidade permite perceber a complexidade da experiência humana, pois, apesar de muitas vezes não ser percebida, essa interseccionalidade impacta os diversos campos da vida cotidiana, como trabalho, educação, acesso à saúde etc. influenciando tanto a experiência subjetiva dos sujeitos como também as relações sociais. As autoras afirmam que os diferentes indivíduos e grupos sociais que encaram diferentes formas de opressões possuem, por consequência, pontos de vistas distintos sobre os fenômenos sociais.

Patricia Hill Collins (2017) evidencia que o uso do poder nas interações sociais, bem como a intersecção das diferentes opressões, sustenta uma estrutura desigual e, consequentemente, um sistema de dominação. É por este motivo, diz a autora, que a investigação e a práxis interseccional é basilar para a ação política, pois esta pode - e deve - ser utilizada como lente focal para auxiliar propostas de soluções para problemas sociais complexos, soluções estas que precisam passar pela esfera da educação e produção do conhecimento.

2.1. NOVOS CONHECIMENTOS E NOVOS PARADIGMAS

64

Tendo em vista que o paradigma atual da produção de conhecimento é disciplinar, simplificador e possui caráter especializador, como vimos anteriormente, vários são os intelectuais que buscam pensar em novas possibilidades de fazer e transmitir conhecimento. Boaventura de Sousa Santos (2010) fala no inevitável surgimento de um novo paradigma, que supere os dualismos - como natureza/cultura, coletivo/individual, observador/observado - bem como que vá de encontro com o ideal de extrema especialização a partir da divisão entre disciplinas. Sobre isso o autor nos diz:

[...] a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (p. 60).

Neste cenário não dualista e estritamente disciplinar o foco será, nos diz Santos, os temas. A partir do interesse do indivíduo em temáticas, os conhecimentos que atualmente são rigidamente divididos por área poderão se encontrar. Por exemplo, se nos interessa o tema das relações raciais no Brasil é importante, acreditamos, compreender como o racismo se estrutura nas mais diversas esferas, possuindo suas raízes na medicina, no direito, na política, educação etc. A transdisciplinaridade nos permite, portanto, uma compreensão mais completa do que estudamos, qualquer seja o fenômeno.

Com foco nos interesses por áreas temáticas, estimula-se que estas se aproximem de outros temas. Este encontro é necessário para uma compreensão minimamente satisfatória de qualquer fenômeno ou sujeito. Por exemplo, nunca será possível compreender a realidade de uma mulher negra em uma dada realidade se investigarmos apenas o tema raça e não pensarmos na categoria gênero, ou ainda em classes econômicas, dado que pessoas negras foram historicamente empobrecidas. Vemos, dessa forma, a necessidade de unir a percepção interseccional ao paradigma emergente que Boaventura de Souza Santos nos mostra.

Partindo do entendimento de que todo conhecimento é local, entende-se que o autoconhecimento é uma forma de conhecimento válida. Nesta perspectiva, Santos (2010) nos diz que o caráter autobiográfico e auto-referencial deve ser acolhido no fazer ciência. Já é possível perceber este fenômeno em alguns escritos onde pesquisadoras e pesquisadores partem de suas vivências pessoais e, a partir e através destas, produzem saberes.

Se focarmos nas teóricas do pensamento feminista negro podemos citar bell Hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins e tantas outras que assumem abertamente em seus escritos que, por serem mulheres negras, suas teorias e percepções são como são.

Em ‘A teoria como prática libertadora’, capítulo do livro *Ensinando a Transgredir*, bell hooks fala sobre seu o processo de aproximação com teorias científicas e de como estas podem ser acolhedoras, pois, é através do contato com essa teoria que pode-se entender a realidade, a vivência. Sobretudo para sujeitos subalternizados que historicamente foram mantidos afastados de ambientes que os proporcionam explicações satisfatórias para sua condição de subserviência.

Imagine mulheres negras que vieram de famílias empobrecidas e são atravessadas ainda por outros marcadores sociais que as colocam em situações de não-poder. Essas mulheres perceberam através do contato com a teoria que suas vivências e sofrimentos não eram aleatórios, que há uma explicação para tal - racismo, machismo, LGBTfobia etc. - e, o mais importante, elas não estão sozinhas, pois há uma comunidade de pessoas parecidas que passam por experiências iguais ou equivalentes.

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidência é o elo entre as duas - um processo que, em última fase, é recíproco, onde uma capacita a outra. (HOOKS, 2013, p. 85-86).

Muitas destas mulheres, assim como outros indivíduos, constroem suas percepções de mundo e conhecimentos a partir e através de si mesmas e de seus companheiros e companheiras. Quando este conhecimento de si se une a teorias, se torna possível a construção de novos conhecimentos, teorias e percepções de mundo.

É importante localizarmos nossos territórios de autoconhecimento, pois, durante séculos aqueles que foram permitidos produzir conhecimento eram, em sua maioria homens brancos ricos, muitas vezes heterossexuais e cisgêneros. Assim estes passam a ser vistos e se vêem enquanto universais e, por consequência, sua produção científica é vista também como universal, neutra.

A chegada de indivíduos com identidades diversas em ambientes de poder e produção de conhecimento abala essa perspectiva, ainda que de forma limitada, já que toda questão que se afasta do percebido como ‘universal’ continua a ser pautada enquanto *questões identitárias*. Lembremos que ‘homem’ é uma categoria de gênero; branco é uma raça; heterossexualidade é uma sexualidade e por aí vai.

Reconhecer que todo indivíduo, em seu território, é capaz de adquirir e produzir conhecimento nos mostra que a transdisciplinaridade em sua metodologia: o terceiro incluído, da complexidade e os níveis de realidade, bem como as compreensões do pensamento

interseccional em sua completude, em muito tem a contribuir para a construção de novos conhecimentos e um novo paradigma onde possamos compreender de forma mais completa o outro, o mundo e nós mesmos.

3. ATÉ AQUI

Podemos perceber não só como a transdisciplinaridade e a interseccionalidade podem contribuir para uma nova forma de produção de conhecimento como também é possível notar as aproximações e a complementaridade entre ambas. Pensar a complexidade, os diferentes níveis de realidade e a lógica do terceiro incluído - noções trazidas pela transdisciplinaridade - em muito se aproxima do pensamento interseccional e seu entendimento de que os diversos marcadores sociais, fenômenos e relações de poder moldam e impactam a realidade dos sujeitos e sujeitas.

No novo paradigma emergente do conhecimento apresentado por Boaventura de Sousa Santos, além de um caráter transdisciplinar e dos interesses temáticos em detrimento das limitações disciplinares, temos a valorização do autoconhecimento e da autopercepção, métodos já usados há décadas, senão séculos, por pensadoras do feminismo negro, uma das mais importantes bases do pensamento interseccional. Assim, já vemos na interseccionalidade e na transdisciplinaridade traços deste paradigma mostrado por Santos.

Dessa forma, a partir do apresentado e discutido aqui, observamos que o pensamento teórico interseccional bem como a perspectiva transdisciplinar são indispensáveis para possibilitar que os mais diversos sujeitos e sujeitas sejam capazes de, cada vez mais, aprender, produzir e transmitir conhecimentos igualmente variados, servindo assim, de importante ferramenta para uma democratização real do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

COLLINS. Patricia Hill. A Diferença que o Poder Faz: Interseccionalidade e Democracia Participativa. Tradução Elisa Nascimento; Carina Souza. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. Boitempo, 2021.

COLL, Augustí Nicolau *et al.* **Educação e Transdisciplinaridade II**. São Paulo, Trion, 2002.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**; tradução de Marcelo Brandão. Cipolla - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

NICOLESCU, Basarab. “Um Novo Tipo de Conhecimento – Transdisciplinaridade” In Educação e Transdisciplinaridade. São Paulo, TRIOM, 2000.

RANDOM, Michel. O território do olhar. In: SOMMERMAN, Américo e outros (orgs.). **Educação e transdisciplinaridade II**. São Paulo: TRIOM, 2002

SANTOS. Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Rev. Bras. Educ. 13 (37) • Abr 2008 .

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 16ª ed. Porto: Afrontamento, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Submetido: 15/03/2023

Aprovado: 29/07/2023